

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.568 - AL (2019/0092728-3)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : CLARO S.A
ADVOGADOS : THIAGO DE SOUZA MENDES - AL006300
JOÃO PAULO CARVALHO DOS SANTOS E OUTRO(S) - AL006749
AGRAVADO : W. S. NUNES - EMPRESA DE PEQUENO PORTE
OUTRO NOME : W S NUNES E COMPANHIA LTDA
AGRAVADO : WILLAMES SOARES NUNES
ADVOGADO : CLÁUDIO JOSÉ FERREIRA DE LIMA CANUTO - AL005821

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por CLARO S.A. contra a decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas assim ementado:

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AÇÃO RESCISÓRIA COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA, NO SENTIDO DE SOBRESTAR A EXECUÇÃO DE ASTREINTES, EM VIRTUDE DE ERRO DE FATO. DECISÃO LIMINAR QUE INDEFERIU O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA, POR NÃO RESTAR CONFIGURADA A PROBABILIDADE DO DIREITO DA PARTE DEMANDANTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE ERRO DE FATO. ALEGAÇÃO DE QUE SE TRATA DE MATÉRIA QUE NÃO FOI OBJETO DE APRECIÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO. AFASTADA, UMA VEZ QUE O ACÓRDÃO PROFERIDO POR ESTA CORTE EM SEDE DE APELAÇÃO, TRANSITADO EM JULGADO, ENFRENTOU A QUESTÃO ACERCA DO CUMPRIMENTO TEMPESTIVO OU NÃO DA DECISÃO PROFERIDA EM SEDE DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. EVENTUAL OMISSÃO DEVERIA TER SIDO OBJETO DO RECURSO CABÍVEL, QUAL SEJA, OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRECLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA VIA AÇÃO RESCISÓRIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME" (e-STJ fl. 456).

Nas razões do especial, a recorrente alega violação do artigo 966, VIII, do Código de Processo Civil de 2015. Sustenta, em síntese, o cabimento da ação rescisória em razão da ocorrência de erro de fato e o não cabimento da multa em sede de embargos de declaração.

É o relatório.

DECIDO.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passa-se à análise do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Superior Tribunal de Justiça

Quanto à suposta alegação de não cabimento de multa em sede de embargos nas razões recursais não há indicação do dispositivo legal tido por violado.

Ante a deficiente fundamentação do recurso nesse ponto, incide a Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*

Nesse sentido:

"AMBIENTAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA DE AUTO DE INFRAÇÃO. QUEIMA NÃO AUTORIZADA DE PALHA DE CANA-DE-AÇÚCAR. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 ALEGAÇÕES GENÉRICAS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI SUPOSTAMENTE VIOLADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.

1. A parte sustenta que o art. 535 do CPC/1973 foi violado, mas deixa de apontar, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Assim, é inviável o conhecimento do Recurso Especial nesse ponto, ante o óbice da Súmula 284/STF.

2. Quanto ao mais, a recorrente deixou de indicar, de forma inequívoca, os dispositivos legais supostamente violados pelo acórdão impugnado, o que caracteriza deficiência na fundamentação recursal, consoante a Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, in verbis: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

3. (...).

4. Agravo Interno não provido"

(AgInt no REsp 1.721.054/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/11/2018, DJe 19/11/2018).

Sobre o cabimento da ação rescisória, assim se pronunciou o acórdão recorrido:

"Isso porque, consoante exposto alhures, o reconhecimento do erro de fato pressupõe a inexistência de pronunciamento judicial sobre a questão, assim como da inexistência de controvérsia entre as partes.

25. Tal conclusão é corroborada pelo §1º, do artigo 966, do NCPC, segundo o qual "há erro de fato quando a decisão rescindenda admitir fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado".

26. Seguindo essa linha de inteligência, Nelson Nery leciona que "o §1º deixa claro que não é todo erro de fato que enseja a propositura da rescisória. Caso tenha havido discussão do erro de fato, tornando-o controvertido, e o órgão jurisdicional não se pronunciou a respeito, então existe aí omissão que deveria ter sido objeto de embargos de declaração, no momento processual próprio. Há, portanto, preclusão da questão, o que impede a sua CN CO arguição em posterior rescisório" (Grifos e sublinhado adotados). Calha consignar, por oportuno, que eventual omissão deveria ter sido objeto de o recurso cabível à época, qual seja, os embargos de

Superior Tribunal de Justiça

declaração, restando impossibilitada a rediscussão de matéria já debatida nos autos originários, via ação rescisória, em virtude de preclusão.

o 28. Vê-se, portanto, a partir de uma detida análise dos autos, que não se trata de erro de o fato, mas que a parte recorrente pretende, na verdade, por meio da ação rescisória em questão, nova decisão sobre questões já apreciadas, razão pela qual entendo que não resta preenchido o o o requisito da probabilidade de seu direito, pressuposto necessário à concessão da tutela de e o urgência na aludida demanda rescisória" (e-STJ fls. 462/463).

Como se vê, o aresto combatido encontra-se alinhado à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consoante a qual para que seja admitida a ação rescisória por erro de fato é indispensável que não tenha havido pronunciamento judicial sobre o fato.

Nesse sentido:

"AÇÃO RESCISÓRIA. PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE ERRO DE FATO. ART. 485, IX, DO CPC/1973. AÇÃO ORIGINÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE CORRETAGEM. RESOLUÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E VIOLAÇÃO À RESERVA DE MERCADO. PEDIDO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

1. Pedido desconstitutivo de decisão desta Corte que, reformando parcialmente acórdão do Tribunal de Justiça da Bahia, deu parcial provimento a recurso especial para reduzir o valor da comissão de corretagem e alterar a sua base de cálculo.

2. No âmbito de ação rescisória, o erro de fato se configura quando o julgado que se pretende rescindir admita fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado.

3. Configuração do erro de fato consistente na afirmação inexata de que a duração do contrato administrativo era anual.

4. Ante a ausência de prequestionamento da matéria relativa à duração do prazo contratual quando do julgamento do recurso especial, deve ser restabelecido, em parte, o dispositivo da sentença a fim de determinar que os danos materiais sejam calculados considerando toda a vigência do contrato firmado entre a ré e o TRT da 5ª Região, a ser apurado em liquidação.

5. DEMANDA RESCISÓRIA PARCIALMENTE PROCEDENTE PARA, EM JUÍZO RESCINDENDO, DESCONSTITUIR PARCIALMENTE O ACÓRDÃO PROFERIDO NO RECURSO ESPECIAL 834.564/BA E, EM JUÍZO RESCISÓRIO, RESTABELECE, EM PARTE, O DISPOSITIVO DA SENTENÇA ORIGINÁRIA, NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO.

(AR 5.385/BA, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/6/2018, DJe 1º/8/2018).

"AÇÃO RESCISÓRIA. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE ERRO DE FATO E VIOLAÇÃO MANIFESTA A NORMA JURÍDICA. ARTS. 966, V E VIII, DO CPC/2015. AÇÃO DE COBRANÇA. COTAS CONDOMINIAIS. EMBARGOS DE TERCEIRO OPOSTOS PELA COMPANHEIRA E MEEIRA. REGULAR INTIMAÇÃO DA PENHORA. FATO EXISTENTE. ALEGAÇÃO DE BEM DE FAMÍLIA.

Superior Tribunal de Justiça

IMPENHORABILIDADE. EXCEÇÃO PREVISTA NO ART. 3º, IV, DA LEI 8.009/90. OBRIGAÇÕES 'PROPTER REM'. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. INEXISTÊNCIA. DÍVIDA SOLIDÁRIA. DECISÃO RESCINDENDA EM DISSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RESCISÃO DO JULGADO. PEDIDO RESCISÓRIO PROCEDENTE.

1. Pedido desconstitutivo de decisão desta Corte que, reformando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, conheceu do agravo para dar provimento ao recurso especial, reconhecendo como 'bem de família a parte da meeira objeto de constrição e, por conseguinte, a impenhorabilidade do imóvel em sua totalidade'.

2. No âmbito de ação rescisória, o erro de fato se configura quando o julgado que se pretende rescindir admita fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado.

3. Configuração do erro de fato consistente na afirmação da inexistência de intimação da embargante-meeira da penhora da metade ideal de imóvel de sua propriedade. 4. Cabimento da ação rescisória fundada em violação manifesta a norma jurídica na hipótese em que a decisão rescindenda está em desarmonia com a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça.

5. A jurisprudência do STJ firmou o entendimento de que é possível a penhora de bem de família quando a dívida é oriunda de cobrança de taxas e despesas condominiais.

6. "Com relação à legitimidade passiva, observa-se que, em se tratando de obrigação 'propter rem', o pagamento de taxas condominiais deve ser exigido de quem consta na matrícula do imóvel como seu proprietário" (AgRg no REsp 1510419/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/12/2016, DJe 19/12/2016).

7. "Os cônjuges, co-proprietários de imóvel, respondem solidariamente pelas despesas de condomínio, mas esta responsabilidade não implica litisconsórcio necessário em razão da natureza pessoal da ação de cobrança de cotas condominiais" (AgRg no AREsp 213.060/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2012, DJe 06/11/2012).

8. DEMANDA RESCISÓRIA JULGADA PROCEDENTE PARA, EM JUÍZO RESCINDENDO, DESCONSTITUIR A DECISÃO PROFERIDA NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL N. 490.442/SP E, EM JUÍZO RESCISÓRIO, CONHECER DO AGRAVO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL"

(AR 5.931/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/5/2018, DJe 21/6/2018).

Logo, não merece reforma o acórdão recorrido, incidindo, na espécie, o enunciado da Súmula nº 568/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Em atendimento ao disposto no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários fixados na origem em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa (fl. 494 e-STJ) para 12% (doze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, observado, se for o caso, a concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília-DF, 30 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

